

Nota - Desassossego e quietude política dos desastres: a propósito dos catorze anos sobre a Tragédia de Entre-os-Rios

Pedro Araújo (paraujo@ces.uc.pt)

26 de março de 2015

Este breve comentário vem a propósito do silêncio mediático que rodeou os catorze anos sobre a *Tragédia de Entre-os-Rios*. Exceção feita para o canal de informação da TVI que, valendo-se de uma entrevista exclusiva de Jorge Coelho sobre a *Tragédia*, regressou ao acontecimento que, na altura, lhe valeu muitas audiências.

No dia 4 de março de 2001, por volta das 21 horas e 10 minutos, o desabamento do quarto pilar da Ponte Hintze Ribeiro provoca a queda parcial da estrutura do tabuleiro. Um autocarro, com 53 pessoas a bordo, e três viaturas ligeiras, com seis ocupantes, são atirados para as águas enlameadas e frias do rio Douro. Cinquenta e nove pessoas perdem a vida.

Parafraseando José Manuel Mendes, a materialidade dos destroços da ponte e dos corpos submersos num Douro desfigurado pelas cheias que se fizeram sentir nesse ano, afetou a linha ténue que liga simbolicamente cada cidadão à comunidade imaginada. Essa rutura moral tinha de ser reparada rapidamente na medida em que a relevância mediática do acontecimento obrigava o Governo a mobilizar-se. E o Governo mobilizou-se, tornando-se empiricamente acessível numa particular prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário que se veio a saldar pela obrigação, a expiação e a exceção e não pela responsabilidade, o dever, o reconhecimento de direitos e a reparação.

O colapso da Hintze Ribeiro afigurou-se, nessa medida, como um exercício de controlo por parte do Estado mais do que como um exercício de cidadania, no qual a relação *excecional* entre Estado penitente-pessoas sofredoras se substituiu à relação que se queria *normal* entre Estado de Direito-cidadãos lesados.

Refletindo sobre a *Tragédia de Entre-os-Rios*, duas imagens imediatamente se impõe: a imagem da explosão e a imagem da implosão.

A queda parcial da ponte Hintze Ribeiro aparece, num primeiro momento, como uma explosão, imagem que melhor parece descrever o modo como um acontecimento localizado se expande afetando, ou mesmo tempo que alterando em graus variáveis, aquilo que atinge. A explosão é imprevisível nas direções que toma, bem como nos seus impactos. Para a ampliação dos efeitos da explosão contribuiu, indubitavelmente, a comunicação social. A cobertura noticiosa televisiva,

imprensa, radiofónica, nacional e estrangeira. Um acontecimento sem precedentes objeto de uma operação mediática nacional, também ela, sem precedentes. De um dia para o outro, Castelo de Paiva passa a ocupar, em exclusivo, a agenda da atualidade e a agenda política. De um dia para o outro, os paivenses tornam-se “gente real”, diria Arundhati Roy. De um dia para o outro, Castelo de Paiva e os seus habitantes passam a existir fisicamente e politicamente, ampliando-se a sua singularidade humana e, nesse processo, anulando-se o desvalor da sua singularidade cidadã. Um período que se pode classificar de *desassossego dos desastres*.

A Hintze Ribeiro, na sua queda, a provocar o inverso do desapossamento de poder das pessoas diretamente afetadas pelo desastre?

Num segundo momento é a imagem da implosão que se impõe para dar conta do modo como o acontecimento torna a ser local, como regressa ao seu ponto de origem, ao ponto de onde, apenas por um efeito momentâneo de aquisição de grandeza, se ausentou. Ou seja, o modo como regressa ao silêncio. Um período que se pode classificar de *quietude dos desastres*.

Mas será mesmo este regresso marcado pelo silêncio? Prestando-se atenção não se conseguirá ainda escutar o eco do desastre e isso, principalmente, nos familiares das vítimas?

Restrito, todavia, esse eco aos familiares das vítimas, a longo de prazo, qual a probabilidade do desastre manter a sua capacidade de interpelação do poder político?

No caso da *Tragédia de Entre-os-Rios*, a comunicação social desempenhou, indubitavelmente, um papel fundamental na configuração que a prática de governação do Executivo de António Guterres veio a assumir no momento da urgência. Todavia, a influência dos meios de comunicação social concentrou-se exclusivamente no tempo da urgência.

Restringindo-se ao momento da urgência, a ação da comunicação social confere às vítimas um poder efémero. No caso dos desastres, o que este aspeto questiona é o efetivo papel político do jornalismo a longo prazo, ou seja, a sua capacidade para *inscrever*, nas palavras de José Gil, acontecimentos como a *Tragédia de Entre-os-Rios* como algo que aconteceu e que continua a acontecer e, mais do que isso, como algo que vai para além do local do acontecimento e das pessoas diretamente afetadas. Seria esta uma outra *inscrição* do acontecimento que atenuaria o peso que recai sempre nos ombros de territórios afetados e de familiares das vítimas que se veem confinados à incómoda posição de *guardiões* e, simultaneamente, de *prisioneiros* da memória dos desastres.

A influência da comunicação social para o *desassossego dos desastres* encontra, deste modo, uma perturbadora correspondência, desta feita por ausência, na *quietude dos desastres*.

O colapso da ponte Hintze Ribeiro tem vindo progressivamente a converter-se num *mero* acontecimento local e a perder muito do desassossego de que foi inicialmente tomado, o único desassossego capaz de romper com a contemporânea — e politicamente reconfortante — *quietude do desastre*.

Perdura, hoje, nos familiares das vítimas uma memória indelével da *Tragédia de Entre-os-Rios*. Uma memória que se foi gradualmente esvaziando da força interpeladora adquirida por via da comunicação social no momento agudo da urgência. Uma memória que, apesar de assegurar que

o acontecimento mantenha muito do seu desassossego individual, não encontrando eco, se revela incapaz de *fazer* política, ou seja, de adquirir um desassossego coletivo e de romper com a indiferença de um Estado, que assegura que este se mantenha sempre longe de mais dos cidadãos e, mais, do que isso, que garante que este seja sempre maior do que os seus cidadãos.